

Identidade cultural e emigração: Origens de festividades religiosas da diáspora açoriana

Cultural identity and emigration: Origins of the religious festivities of the Azorean diaspora

Susana Serpa Silva

Universidade dos Açores, Portugal

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-1357-4196>

E-mail: susana.pf.silva@uac.pt

Recepción: 30.04.2023

Aprobación: 25.06.2023



Resumo: Descobertas pelos portugueses, no século XV, as Ilhas dos Açores, em pleno Atlântico Norte, acolheram sociedades que perpetuaram costumes, tradições e festividades introduzidas pelos povoadores. Não obstante, as condicionantes inerentes à história e à geografia contribuíram para a implementação de algumas especificidades, por vezes distintas de ilha para a ilha. Sendo o arquipélago uma placa giratória de mobilidade humana, não só foi povoado por reinóis e outros europeus, como foi ponto de partida de muitos fluxos emigratórios com destino ao Novo Mundo (as Américas). Assim, além dos poucos objetos pessoais, estes emigrantes levavam na bagagem, para os territórios de acolhimento, como o Brasil e, mais tarde, os EUA, manifestações da sua religiosidade e das suas vivências do quotidiano, ou seja, marcantes traços da sua identidade cultural que se foi consolidando e persistindo, até aos nossos dias, entre as comunidades da diáspora açoriana e os seus descendentes. A nossa abordagem procura explicar as origens de uma das mais relevantes manifestações identitárias açorianas entre as comunidades de emigrantes — as Festas em honra do Espírito Santo — partindo das práticas do presente, e antes disso, do conceito de identidade cultural, em particular associada às ilhas dos Açores.

Palavras-chave: identidade cultural, emigração, culto do Espírito Santo, Açores

Abstract: Discovered by the Portuguese in the 15th century, the Azorean islands in the middle of North Atlantic hosted societies that perpetuated customs, traditions and festivities introduced by

the settlers. However, the constraints inherent to history and geography have contributed to the implementation of some specific features and differences between the islands. As the archipelago has been notorious for human mobility, it was not only populated by the Portuguese King and other Europeans, but it was also the starting point of many emigration flows towards the New World (the Americas). Thus, besides few personal objects in their luggage, the immigrants took to the receiving territories, such as Brazil and, later on, the USA, demonstrations of their religiosity and their daily life experiences, that is to say, remarkable traces of their cultural identity, which have been consolidating and persisting, until our days, among the Azorean diaspora communities and their descendants. Our approach seeks to explain the origins of one of the most relevant Azorean identity manifestations — the festivities in honor of the Holy Spirit — starting from the practices of the present and explained by the concept of cultural identity, in particular associated with the Azorean islands.

Keywords: cultural identity, emigration, worship to Holy Spirit, the Azorean islands

EM TORNO DO CONCEITO DE IDENTIDADE CULTURAL

Identidade e cultura são conceitos complexos e de difícil definição. Mais ainda num tempo de transculturalidade e globalização. Partindo do princípio de que Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn (1952) encontraram mais de 160 definições para o termo cultura, parece-nos que podemos aproximar-nos do conceito através de Isabel Ferin, quando esta refere que a cultura não é estática uma vez que é composta por heranças espirituais, por crenças religiosas, por manifestações da atividade humana que estão relacionadas de forma direta com as condições económicas, políticas e sociais de cada ser humano e de cada comunidade (Sousa, 2021, pp. 94–96).

Manuel Castells define identidade como “a fonte de significado e experiência de um povo” salvaguardando, porém, que este é um conceito que resulta de um “processo de construção de significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qua(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Assim, a identidade é construída e sustentada num ou mais atributos culturais (Castells, 2007, pp. 2–3), que ressaltam os contextos, os poderes, as interiorizações e as imposições. Logo, “a identidade cultural é a forma como um indivíduo vê o mundo e como se posiciona em relação a ele, tendo que ver com a formação da identidade do sujeito em relação ao seu contexto cultural. Trata-se de um conceito muito discutido no quadro das ciências sociais e humanas sendo, por isso, bastante complexo. É que, ao mesmo tempo em que são sublinhadas as dimensões interiores do indivíduo, como os seus desejos e vontades, também é interiorizada a sua dimensão exterior, que abrange, por exemplo, valores como as normas e a língua” (Sousa, 2021, pp. 97-98) e, ainda,

entre outras, as crenças, a história, a nacionalidade que permitem o próprio reconhecimento ou tomada de consciência.

No passado, dado o maior imobilismo cultural, o identitário integrava a categoria do permanente e do imutável, sendo a fonte de significado e de experiência de um povo, ou seja, uma espécie de sentimento de pertença, ainda que esse pudesse ser plurais (Santos, 2011, pp. 143-144). Na atualidade, e na sequência da reflexão filosófica e antropológica, a percepção das dinâmicas e das representações estendeu-se aos conceitos de identidade e de cultura como algo não permanente, mas mutável e até por vezes contraditório. Ademais, como apontam Stuart Hall e Kathryn Woodward, identidade cultural não é autorreferencial, mas sim relacional, relevando-se na relação com o outro, ou seja, na dimensão da alteridade (Santos, 2011, p. 145).

Apesar de os açorianos serem portugueses e se identificarem com os costumes, as tradições, as crenças e a língua nacional, na realidade existiu, desde o século XIX, uma “noção ressentida da diferença”, quer pelo esquecimento a que os governos centrais votavam as ilhas, quer pela

[...] acção do clima, do insulamento, das relações com povo de outras raças, especialmente devidas à emigração, e por isso muito impressivas, têm dado à população açoriana, que já originariamente provém de diversas nacionalidades, hábitos de vida material e moral, um modo de ser da consciência individual e colectiva, sensivelmente diferentes dos da população portuguesa continental (Leite, 1987, p. 15, citado por Cordeiro, 2003, p. 85)

Também o antropólogo Rui de Sousa Martins salienta que, ao longo do século XIX e inícios do século XX, se assiste nos Açores “à progressiva formação de consciências identitárias nas elites locais, [...] alicerçadas em representações da diferença, da singularidade e do valor de inúmeros aspectos da realidade natural e cultural das ilhas” (Martins, 1999, p. 35).

A argumentação identitária inscrevia-se no âmbito do determinismo geográfico e ambiental, em voga no século XIX. Já nas primeiras décadas do século XX, o movimento regionalista açoriano alargou o seu debate para além das questões de cariz pragmático — político, económico e social — abrangendo as vertentes culturais insulares. O objetivo era de construir e consolidar uma autêntica *consciência açoriana*, não apenas para cimentar a identidade, mas também para mitigar as diferenças e as especificidades de cada ilha. Para Luís da Silva Ribeiro, a unidade do povo açoriano só seria alcançada pelo estreitamento de laços e de afetos e pela defesa de interesses comuns, sendo que os açorianos mantinham intacta a *alma portuguesa*, que não desvirtuava a *alma açoriana*. Daí a importância de preservar os traços fundamentais da cultura popular, essência mais profunda da identidade de um povo (Cordeiro, 2003, pp. 89–90).

A construção e a afirmação da identidade regional era, nos anos 20 e 30 do século XX, uma preocupação de vários intelectuais açorianos, considerando José Bruno Carreiro, por exemplo, que os açorianos não podiam basear-se apenas na unidade geográfica, mas sim numa identidade ou comunidade de interesses e sentimentos (Cordeiro, 2003, p. 92).

Coube a Vitorino Nemésio cunhar o conceito de *açorianidade*, como sinónimo de alma e de cultura açorianas, cujo perfil identitário, do ponto de vista histórico, é marcado pela insularidade, pelo telurismo que se contrapõe a uma visão do mundo que passa pelo alargamento de horizontes (emigração), pela religiosidade profunda, e pelo autêntico conforto espiritual e psicológico. Ainda que, no dizer de Carreiro da Costa, a religiosidade do povo açoriano seja essencialmente católica, não deixam de existir laivos de paganismo consubstanciado nas populares Festas em honra do Divino Espírito Santo, de matriz e liturgia cristãs, mas marcadas por um intenso pragmatismo religioso (Rosa & Trigo, 1990, pp. 13-15). São estas festas que continuam a ser um símbolo da passagem ou da fixação de açorianos, das diferentes ilhas, em longínquas paragens.

Nas palavras de José Manuel Bolieiro, atual Presidente do Governo Regional dos Açores, o “culto ao Divino Espírito Santo é a marca identitária comum a todos os açorianos, qualquer que seja a ilha de origem ou onde quer que tenham assentado raízes.

É um dos pilares da *açorianidade* de Vitorino Nemésio e uma das manifestações que acompanhou milhares de açorianos nos percursos que os levaram, durante séculos, aos principais destinos da emigração. As Festas do Divino Espírito Santo são hoje, nos Açores e nas suas comunidades, um dos patrimónios culturais mais relevantes da Região, assumindo também um papel importante a nível institucional, fruto da comemoração do Dia dos Açores na Segunda-Feira do Espírito Santo” (Governo dos Açores, s.d.-b).

EMIGRAÇÃO AÇORIANA: DO PRESENTE AO PASSADO

No século XXI, as comunidades de origem açoriana radicadas no Brasil, no Uruguai, nos EUA e no Canadá procuram manter alguns costumes e festividades que são identitárias da cultura ancestral dos seus antepassados e que com eles foi transposta para a outra margem do Atlântico. Com maior ou menor fidelidade, ainda persistem em diferentes territórios marcas do património cultural das Ilhas dos Açores, que são indissociáveis dos fluxos emigratórios que levaram muitas gerações a abandonar o arquipélago entre os séculos XVIII e XX. Neste

desiderato, salientam-se as festas em honra do Divino Espírito Santo, que, ainda nos nossos dias, se celebram entre as comunidades residentes nos países já referidos, por intermédio de várias gerações com ascendentes açorianos. A formação de núcleos migratórios é um processo de longa duração, pois os emigrantes procuram mecanismos de associação para além das fronteiras e a força cultural é uma das principais responsáveis por esta aglutinação, tanto quanto possível na medida em que o mercado de trabalho e de habitação o permitem (Rocha-Trindade, 1982, p. 19). Assim, a existência de comunidades açorianas, nos territórios de acolhimento, concorreu e muito para a perpetuação de alguns costumes, tradições e festas que ajudam a manter e a difundir a identidade cultural deste povo insular.

Em Florianópolis — conforme informação veiculada pela Fundação Catarinense de Cultura — a Festa do Espírito Santos foi criada em 1775 e realizada, desde então, ininterruptamente. Esta festividade, coincidente com Pentecostes, “reflete as tradições culturais dos povoadores açorianos da Ilha de Santa Catarina e em todo o litoral catarinense”, tendo sobrevivido ao longo de dois séculos graças à Irmandade do Divino Espírito Santo. É considerada um dos eventos cristãos mais importantes do Estado, cujas autoridades a registaram como património histórico, artístico e cultural de Santa Catarina, pela lei estadual n.º 15731/2012. Entre os momentos mais marcantes destas festas, destacam-se a coroação do Imperador e a missa solene (Ipatrimônio, s.d.).

FIGURA 1. FESTAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM FLORIANÓPOLIS



Fonte: <https://www.fundacaofranklincascaes.com.br/festas-do-divino-espírito-santo>

tem como objetivo manter viva a cultura açoriana trazida pelos migrantes do Arquipélago dos Açores que chegaram em meados do século XVIII. O grupo é composto por pessoas de várias comunidades abrangendo a ilha e o continente do município de Florianópolis e região. No seu trabalho de pesquisa destacam-se as cantigas e danças folclóricas tradicionais dos Açores, bem como a exibição dos trajes, sendo autênticas as indumentárias provenientes daquelas ilhas (Conselho Mundial das Casas dos Açores, s.d.).

Também no Rio de Janeiro — porta de entrada de tantos emigrantes açorianos — foi fundada uma Casa dos Açores, em 1952, ano em que também se iniciaram as Festas do Divino Espírito Santo e que perduram até ao tempo presente. Sendo este o evento religioso, organizado por esta agremiação, que reúne maior número de descendentes de açorianos, os festejos começam com a reza do terço cantado, durante uma semana e, no domingo, realiza-se o cortejo que reúne as seis Irmandades do Rio de Janeiro e parte da sede, em procissão, até à igreja de São Francisco Xavier, onde é realizada a missa e a coroação das crianças. No fim do ato litúrgico o cortejo regressa à Casa dos Açores, onde se procede à bênção da massa sovada e do vinho, que é servido a todos os presentes (Governo dos Açores, s.d.-a).

FIGURA 3. ATUAÇÃO DO GRUPO FOLCLÓRICO PADRE TOMÁZ BORBA. EM PRIMEIRO PLANO, À ESQUERDA, VÊ-SE O TRAJE FEMININO MICAELENSE



Fonte: <http://www.casadosacoresrj.com.br/grupo-folclorico/>

De um modo geral, as Casas dos Açores fundadas em diferentes cidades de acolhimento de imigrantes açorianos, têm desempenhado um papel muito relevante na salvaguarda da cultura e das expressões de identidade açoriana. A referida Casa do Rio de Janeiro também mantém, desde 1954, o Grupo Folclórico Padre Tomáz Borba, com o objetivo de manter vivas as tradições açorianas em terras cariocas. Os seus membros são descendentes de emigrantes continentais e de várias ilhas dos Açores, incluindo alguns brasileiros. O repertório musical, tocado com instrumentos de corda, que incluem a viola da terra (tipicamente açoriana), abrange modas das ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Pico e Flores (Casa dos Açores, s.d.).

Igualmente na cidade de S. Paulo o culto ao Espírito Santo está associado à diáspora açoriana. Em 1975 realizou-se a primeira festa, com uma coroa e bandeira trazidas dos Açores por Manuel Correia, que foi o primeiro mordomo. No domingo de Pentecostes levaram símbolos da devoção e na missa realizou-se, solenemente, a primeira coroação, com o hino do Espírito Santo tocado em disco. No fim das cerimónias organizou-se uma pequena procissão. As festividades foram evoluindo, cumprindo-se as sortes e recorrendo-se a banda de música. Tudo isto terá despertado uma fé ancestral que parecia adormecida e, hoje, a festa do Divino, de Vila Carrão, já faz parte do calendário religioso e turístico da cidade de S. Paulo. Os ritos adotados (foliões, trajes, rezas, coroação, procissão, gastronomia...) são de origem micalense, em consonância com a naturalidade da maior parte das famílias açorianas que emigrou para esta cidade, em especial na primeira metade do século XX. Na sequência de todo este revivalismo religioso, em 1980 foi fundada a Casa dos Açores, cuja sede, mais tarde (1986), foi inaugurada com a presença de João Bosco Mota Amaral, então Presidente do Governo Regional dos Açores (Governo dos Açores, s.d.-c). Em localidades do interior do estado são também vividas muitas festividades em honra do Espírito Santo.

Vila Carrão é um verdadeiro bairro açoriano em S. Paulo, com “espaços de migrantes e imigrantes” onde “foram-se formando verdadeiros territórios de faces visíveis, não ocultas nem sem identidades, mas com singularidades de cada grupo. [...] A Dentista Barreto, além de ser a rua das Casa dos Açores, é a rua pela qual transitam alguns elementos culturais dos açorianos, conhecida por rua das festas, das procissões e das quermesses” (Angelo, 2015, pp. 220-221). Atraídos pelo trabalho fabril e pelo crescimento desta cidade, muitos açorianos fixaram-se nestas paragens, como operários ou pequenos comerciantes (Angelo, 2015, p. 247).

No Uruguai, a atual Casa dos Açores, sediada em San Carlos em 2011, começou por ser um Grupo de Danças, fundado em 1963 e batizado “Los Azo-reños”, o qual foi evoluindo ao longo dos tempos. As Festas Azoriano-Carolinas relembram as raízes açorianas comuns a muitos dos Presidentes do Uruguai, incluindo o atual. Durante as festas, organizam-se palestras assentes em pesquisas históricas sobre os Açores, realizam-se peças de teatro e um festival de danças que inclui folclore açoriano. O jantar costuma incluir alguns pratos típicos dos Açores (Dias, 2020).

Na América do Norte, para onde emigraram milhares de açorianos ao longo dos séculos XIX e XX, as festas em honra do Espírito Santo espalham-se pelas comunidades de inúmeros estados e cidades. Nos EUA estão presentes desde a costa leste à oeste. Em Massachusetts e em Rhode Island as celebrações vão de maio até agosto, mas é na Califórnia que os festejos atingem maior dimensão, envolvendo cerca de 90 organizações. Aqui, e especialmente no sul do estado, este culto persiste há mais de 150 anos, devido à vinda de açorianos em baleeiras norte-americanas, por volta de 1884. Em S. Diego e perto de S. Francisco são mesmo consideradas das manifestações culturais mais antigas. No Canadá, estas festividades surgiram pouco depois da onda emigratória açoriana provocada pelo vulcão dos Capelinhos, na ilha do Faial em 1957. Na província do Ontário ocorrem mais de cem celebrações todos os anos (País ao Minuto, 19/05/2013).

Como se depreende, todas estas tradições persistem por força da secular presença açoriana em territórios das Américas, devido aos elevados fluxos emigratórios que decorreram durante séculos. Por exemplo, em finais do século XX, no elenco de manifestações de cultura popular açoriana ainda prevalecente no litoral catarinense, no Brasil, encontravam-se

técnicas de pesca, [...], o carro-de-bois, a olaria de cerâmica utilitária e decorativa, a “renda de bilro”, o “pão-por-Deus” [...], danças (...), as festividades do ciclo do Divino Espírito Santo, além, evidentemente, do grande substrato linguístico, no qual se apoiaram e se aculturaram os demais grupos que, posteriormente, (séculos XIX e XX), se instalaram na terra catarinense”. (Piazza, 1982, p. 488)

Desde os séculos XV e XVI era possível encontrar indivíduos oriundos dos Açores deslocados, temporária ou definitivamente, em diferentes partes do Império português, por necessidade ou ao serviço do rei ou de Deus (Rodrigues, 1993, p. 147). Por meados da centúria de quinhentos, a Coroa já envidava esforços no sentido de recrutar açorianos com destino à colonização do Brasil, o que se manterá nos séculos XVII e XVIII. Como refere Damião Rodrigues, é possível identificar açorianos que, nos séculos XVI e XVII, serviam nos exércitos

e armadas portuguesas, os quais configuraram uma mobilidade individual, que os levou a desempenharem a sua missão na outra margem do Atlântico (Rodrigues, 2002, p. 226). No entanto, desde 1617 começaram a partir, para terras brasileiras, levas de casais açorianos, oriundos de várias ilhas, assim como mais soldados destinados à defesa daquele território, em particular nas zonas de fronteira como o Pará e Maranhão. Nas palavras de Artur Boavida Madeira “as ilhas serviam [...] como reservatório de homens para o serviço militar” e a sua localização geográfica “conferia-lhes um papel privilegiado nas relações entre a Europa e o Ultramar [...]. Para além do apoio abastecedor que os Açores poderiam conferir às armadas, os seus homens permitiam, muitas vezes, completar contingentes ou formar mesmo regimentos para combaterem nas fronteiras do império português” (Madeira, 1999, p. 199). Por outro lado, o serviço a Deus e, em particular, à Companhia de Jesus, não era despreciado. “Nos séculos XVII e XVIII, naturais das ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge e Faial partiram para o Brasil, onde se ordenaram ou, como irmãos leigos, serviram nas hostes da “milícia jesuítica” (Rodrigues, 2002, p. 231).

Ao longo da segunda metade do século XVII, a saída de açorianos intensificou-se, por iniciativa régia, com o intuito de salvaguardar as fronteiras imperiais e de garantir a efetiva ocupação e exploração daquele território sul-americano. Por outro lado, as dificuldades provocadas por maus anos agrícolas ou por desastres naturais também motivaram alguns ilhéus a solicitar à Coroa o embarque para o Brasil. Apesar das restrições impostas pela lei de 20 de Março de 1720 — que exigia uma justificação documental a todos os que desejavam deslocar-se para aquela colónia —, ao longo do século XVIII o poder régio continuou a promover a saída de casais açorianos, não apenas para o Maranhão, mas sobretudo com vista à defesa das regiões do sul, nomeadamente, Sacramento, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao rei continuava a interessar a colonização daquele território. Aos açorianos sobrelevava o desejo de encontrar melhores condições de vida, argumentando com o desemprego e a saturação demográfica (Madeira, 1999, p. 205; Mendonça & Ávila, 2002, pp. 51). A título de exemplo, por meados do século XVIII cerca de 6.000 açorianos demandaram terras do Brasil incentivados pela política de D. João V e condicionados pelas crises frumentárias e cataclismos naturais (Meneses, 2011, pp. 417-419).

Vasto número de casais açorianos demandaram o Rio Grande do Sul e, por consequência, o Uruguai, territórios marcados por grande instabilidade provocada pelas guerras e rivalidades com Espanha. Segundo Vera Barroso, se desde 1740 vinham a se fixar casais açorianos em Santa Catarina para garantir

a estratégia defensiva da coroa portuguesa, pouco tempo depois “ilhéus esparsos já estavam localizados na Colônia do Sacramento, Maldonado e imediações (áreas, posteriormente, do território uruguaio), cumprindo o papel de povoadores e defensores dos interesses portugueses no espaço em disputa” (Barroso, 2013, p. 191). Em 1762 chegavam açorianos ao Rio Grande do Sul e em 1763 gentes oriundas dos Açores fundaram a vila de San Carlos no atual Uruguai. Incentivados pelo general espanhol Pedro de Cevallos, que tinha recuperado o território de Rio Grande para a coroa espanhola, fizeram uma travessia sacrificial a esta região da Banda Oriental, chegando 114 famílias, que somavam 511 pessoas. Não vieram como prisioneiros, de acordo com documentos da época, mas com as suas famílias viajavam alguns prisioneiros. Mais tarde vieram habitantes das Astúrias, galegos e canarinos, pelo que os habitantes de San Carlos são o resultado de uma mistura de origens portuguesa e espanhola. Ainda hoje há famílias que têm sobrenomes comuns nos Açores, em especial nas ilhas do Grupo Central: Dutra, Silveira, Terra e Brum (Dias, 2020). Depois de ser celebrada a paz entre Portugal e Espanha, ficando o Rio Grande do Sul para o Brasil, alguns açorianos permaneceram em território uruguaio (Barroso, 2013, p. 194)

Nos finais do Antigo Regime, a oferta de pessoas dispostas a emigrar era tão alta que teve de ser reprimida. “A Espanha, muito cedo, restringiu a emigração para as Índias, e Portugal o fez em 1720, no auge da corrida do ouro em Minas Gerais. Apesar dessas restrições, cerca de 900.000 espanhóis e 700.000 portugueses chegaram ao Novo Mundo durante o período colonial” (Moya, 2018, pp. 29-30).

Ainda por inícios do século XIX, durante a estada da corte portuguesa no Brasil, muitos casais açorianos partiram para terras brasileiras, devido à elevada densidade populacional insular e às estratégias da coroa para povoar as províncias o território sul-americano. Em 1814, por exemplo, a bordo de uma embarcação enviada pela Coroa, partiram muitos casais (acima de 200 pessoas) com destino ao Rio de Janeiro, mas fixando-se em terras do interior. Além de receberem terrenos, os filhos ficaram isentos do recrutamento militar. O mesmo aconteceu em 1817, quando 50 casais açorianos foram para a aldeia de Santo Agostinho, na Província do Espírito Santo, no Brasil (Cabral, 1920, pp. 513-514).

Todavia, foi sobretudo ao longo do século XIX, que este fenómeno, de cariz mais espontâneo e voluntário, conheceu índices mais elevados — comprovados, aliás, pelo maior rigor dos dados estatísticos — inscrevendo-se nas tendências igualmente verificadas no país e na Europa. Cerca de 100.000 pessoas abandonaram as ilhas dos Açores, com uma média anual inferior a 2000 indivíduos, entre 1866 e 1880, que ascendeu a cerca de 3700 entre 1880 e 1890 (Rocha, 1999, p. 77).

Perante esta emigração voluntária, de iniciativa individual, algumas autoridades reconheceram que este se tornava um “facto permanente nos Açores”. Daí alguma resignação perante um fenómeno que se afigurava impossível de controlar, nem mesmo através dos então designados “meios indirectos”, como a criação de empresas industriais, de bancos rurais, de obras públicas, pois estes ou não se concretizavam ou eram também impotentes para travar os fluxos emigratórios. Afinal, a emigração era um direito consagrado pela própria Carta Constitucional de 1826 e, por outro lado, a forte densidade populacional e as condicionantes próprias da vida insular forçavam muitos açorianos a procurar melhores condições de vida.

O aumento demográfico, as cíclicas crises cerealíferas, os problemas fitossanitários de produtos de exportação (como os citrinos ou o vinho), as limitações do território insular, as catástrofes naturais, entre outras condicionantes estruturais associadas à divisão e posse da propriedade, bem como à própria arquitetura social, terão sido os principais fatores impulsionadores das vagas emigratórias açorianas. A tudo isto acrescia a fuga dos mais jovens ao recrutamento militar (Cordeiro & Silva, 2010).

Os Açores foram palco de um elevado êxodo com destino às Américas do Sul e do Norte em detrimento das regiões africanas, pelas quais, aliás, os insulares nunca manifestaram grande interesse. Apesar de ter ascendido à independência em 1822, o Brasil continuou a atrair inúmeros açorianos, quer pelos laços que não deixou de manter com a velha metrópole, quer pela sua política de imigração, que concedia facilidades à entrada de mão-de-obra estrangeira, com vista a suprir as dificuldades resultantes, primeiro, da proibição do tráfico de escravos e depois, da abolição da escravatura, com a “lei áurea” de 1888. Entre 1830 e 1860 a maioria dos emigrantes açorianos dirigiu-se para território brasileiro que, ainda na década de 80, absorveu cerca de 85% da emigração portuguesa em geral (Medeiros & Madeira, 2004, pp. 22–23).

Nas últimas décadas de oitocentos, a América do Norte tornar-se-ia o destino preferencial dos açorianos, — começando pelos das ilhas ocidentais — cujo fluxo seria apenas interrompido pela deflagração da I Guerra Mundial. Além de rumarem aos EUA, alguns contingentes partiam para as ilhas de Sandwich ou Havai — muito procuradas na década de 80, devido à carência de braços para as plantações de açúcar — enquanto em anos anteriores se registaram partidas para a inhospita Demerara, assim como para outros pontos da Guiana Inglesa. As embarcações britânicas que demandavam os portos insulares, em especial, os micaelenses, facilmente transportavam colonos para essas recônditas paragens e os

agentes ou aliciadores não se coíbiam de anunciar na imprensa as vantagens dessa emigração. Sendo certo que a miragem do enriquecimento em terras brasileiras não cessava de atrair emigrantes açorianos, a crise económico-financeira que atingiu o país na década de 90 suscitou alguns regressos forçados e fez avolumar a opção norte-americana que, desde então, se foi consolidando no vértice das preferências. Ainda assim, em 1891, por exemplo, 71% dos emigrantes do distrito de Ponta Delgada partiram para o Brasil (Miranda, 1999, p. 48). Note-se, porém, que não existiu homogeneidade na procura dos territórios de destino entre as diferentes ilhas, como sublinham Luís Mendonça e José Ávila:

Com efeito, os Estados Unidos vão ganhar paulatinamente a preferência da larga maioria dos açorianos, à semelhança do que vinha sucedendo com o distrito da Horta, ao passo que a emigração para o Brasil entra em declínio. (...). Também não se pense que o corte com o Brasil foi brusco e definitivo. [...] o Brasil ainda permaneceu por mais alguns anos como o destino preferencial dos insulares. Só mesmo na década de noventa do século XIX é que os Estados Unidos começam a ganhar ascendente sobre o Brasil. Mas isso em relação aos distritos de Ponta Delgada e Angra, porque o distrito da Horta já há muito que havia feito a opção pelo continente norte-americano. (Mendonça & Ávila, 2002, pp. 165-166)

É, pois, no decorrer da última década do século XIX que começa a inverter-se a tendência brasileira a favor dos EUA, ainda que no caso de Angra seja pouco significativa. Neste distrito, como no de Ponta Delgada, o Brasil mantinha ainda um forte poder de atração sobre os açorianos e só a partir do século XX é que efetivamente se começou a consolidar a superioridade norte-americana. Entretanto, assim no Brasil como no Uruguai, persistiram traços da identidade cultural açoriana, consubstanciados em festividades como as do Espírito Santo, cujas origens iremos analisar.

PATRIMÓNIO IDENTITÁRIO: ORIGENS E SIGNIFICADO DAS FESTAS DO ESPÍRITO SANTO

A religiosidade do povo açoriano remonta aos tempos do povoamento e o seu incremento muito se deveu à natureza vulcânica das Ilhas, bem como à violência do oceano e das intempéries que assolavam o Arquipélago. As festas em honra do Espírito Santo são, ainda na atualidade, muito populares e, embora semelhantes, encontram-se diferenças de ilha para ilha e até entre localidades da mesma ilha.

De acordo com Luís Mendonça, as festas do Espírito Santo tiveram origem no reino e foram introduzidas nos Açores, provavelmente no século XV, com os primeiros povoadores. Estas festividades assentam num misto de sagrado e profano e, talvez por isto, mereceram um grande entusiasmo popular. Ao

Espírito Santo era dedicada uma imensa fé e eram atribuídos muitos milagres, por vezes relacionados com erupções vulcânicas, epidemias e outras catástrofes (Mendonça, 2021, pp. 161-162). Oriundas do reino e introduzidas nas ilhas no tempo do povoamento, esta devoção e tradição continuam preservadas nos Açores, mas perderam-se no continente (Giese, 1982, p. 460).

Na historiografia mais antiga, encontram-se referências à antiguidade das festas do Divino Espírito Santo. Com raízes no druidismo, de natureza pagã, este culto remonta ao reino francês medieval, associado às folias do Bispo Inocente e, em 1578, Henrique III instituiu a Ordem e Milícia do Espírito Santo para comemorar, no dia de Pentecostes, três grandes acontecimentos: o seu nascimento, a posse da Coroa da Polônia e a sua elevação ao trono de França. Esta Ordem era composta por cem cavaleiros, que usavam uma cruz de ouro e, pendente, uma fita azul celeste. Se em França um rei cristão incentivara o culto à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, em Portugal ficaria a dever-se a uma rainha os Impérios do Espírito Santo (Freitas, 1976, pp. 183–186).

He tão grande o culto, e religião, com que os Fieis Catholicos venerão o Divino Espirito Santo [...], nas sete Domingas, que correm da Pascoa até ao dia de Pentecostes, não só em muitas Cidades, e Villas deste reyno de Portugal, mas também em terras de seus Dominios, como nas sete Ilhas dos Assores no grande mar Oceano, onde com a mais inexplicável devoção, apenas se achara [...] Cidade, nem Villa, ou Lugar, por pobre, e limitado que seja, o qual não tribute obsequio, e adoração, com especial festejo publico, e solemne, a este Divino Senhor; havendo para isso Irmandade, e tão antiga, que entre os seus primeiros habitadores foy seu instituidor João Vaz Corte-Real, primeiro Capitão Donatário de Angra da Ilha Terceira [...].

Os cultos e festejos, que se fazem na celebridade do Divino Espirito Santo, são tão antigos, que, deixadas outras conjecturas, certamente havemos de confessar serem instituídos pela gloriosa Senhora, Santa Isabel, por tantas razões nossa Rainha quando fundou em a Villa de Alenquer a Igreja em honra e louvor do Divino Espírito Santo. (Rey, 1753, p. 287)

Para o efeito — e segundo a tradição — a rainha terá visto em sonhos o Espírito Santo que a advertiu para mandar construir um templo a Ele dedicado e ela procurou ajuda a fim de cumprir a missão de construir a igreja. Com o auxílio do rei, seu esposo, proveram a sacristia, formaram um hospital e assentaram as festas “que se devião fazer ao Espírito Santo pelo decurso do tempo, levantando confraria encabeçada nos Nobres, que sempre a sustentassem” (Rey, 1753, pp. 288–289). Por este motivo, as festas associadas à Páscoa da Ressurreição e a Pentecostes, revestiram-se de elegantes e solenes rituais, de enorme esplendor, começando com uma procissão a que deram o nome de Império, compondo-se por um cortejo integrado pelo Imperador, reis, nobres, pagens, em que os primeiros ofereciam as suas coroas a Deus, no altar. Seguiam-se esmolos, ofertas de carne, um vôdo ou bodo aos irmãos devotos mais pobres e muitas danças e fol-

guedos, sendo que tudo isto se veio a instituir em outras partes do reino e nas Ilhas dos Açores (Rey, 1753, pp. 289–290). É bastante verosímil que os Impérios do Espírito Santo tenham sido introduzidos no arquipélago ainda no século XV.

Em estudos do século XX, provavelmente sustentados nas obras já referenciadas, as origens destas festividades, nos Açores, são integradas entre as heranças trazidas pelos primeiros povoadores de origem portuguesa. Como afirma Urbano de Mendonça Dias, no seu volumoso estudo sobre Vila Franca do Campo, na Ilha de S. Miguel, publicado originalmente em 1919, esta devoção foi introduzida pelos primeiros povoadores, tendo sua origem na Idade Média, no reinado de D. Dinis, o qual influenciado por sua esposa, a Rainha Santa Isabel, em dia de Pentecostes, deixou que um mendigo se sentasse na sua cadeira real e fosse coroado com a sua coroa (Dias, 2022, p. 62). Estas festas, em honra da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade estão relacionadas com gestos de humildade e caridade. Em nosso entender, não podem ser dissociadas da prática da esmola coletiva intrínseca à sociedade medieval portuguesa, nem dos bodos servidos aos pobres, em dias santificados, pelas ordens religiosas ou por instituições como as confrarias — irmandades de solidariedade horizontal e social. Há notícia de uma Confraria de Benavente, que existia no século XIII, e que tinha a seu cargo a realização de um bodo aos pobres em dia do Espírito Santo (Lopes, 2003, p. 212).

Tal como Urbano de Mendonça Dias, Frederico Lopes também associa a afirmação deste culto aos reis de D. Dinis e D. Isabel de Aragão (a Rainha Santa), a qual, em finais do século XIII terá instituído a primeira Confraria ou Irmandade com a designação de Império, tendo chamado pessoas da nobreza e de outros grupos sociais para nela tomarem parte. O mesmo episódio do mendigo coroado por D. Dinis é narrado por este autor que acrescenta que o gesto de humildade do rei terá causado tanta impressão entre os nobres que estes pediram para repetir a cerimónia nos seus próprios castelos e solares, permitindo então o monarca que mandassem fazer uma coroa semelhante à sua, que passou a denominar-se “Coroa do Divino Espírito Santo” (Lopes, 2003, p. 212).

Segundo o Padre Joaquim de Chaves Cabral, desde há muito que com a primavera chegava também a quadra dos Impérios e da folgança. Para este estudioso, na Ilha de Santa Maria observavam-se rituais que eram os mais próximos das primitivas festas, ou seja, os que mantinham como principal exercício a prática da caridade. O principal fruto do Espírito Santo e uma das suas “manifestações mais úteis” era a esmola. “O mais é tudo secundário. Muito pão de trigo, muita carne, muito vinho, muita gente a frequentar as copeiras (despensas) e os teatros, muita alegria, pois que o Espírito Santo é alegre [...]” (Cabral, 1920, p. 61).

Mas, ao que tudo indica, a animação não era dissociável da solidariedade e das boas práticas, como já sublinhamos.

De acordo com o Padre Senna Freitas, terá sido pela mão de um dos primeiros Capitães do Donatário da Ilha de Santa Maria, de seu nome Pedro Soares de Sousa, que ali terão começado a celebrar-se estas festividades, contribuindo o próprio para o bodo dos pobres. Mais tarde viria a edificar-se a ermida do Espírito Santo que depois passou a paróquia.

Na vila de Angra, na Ilha Terceira, por volta de 1492 já se realizava o Império dos Nobres, havendo uma pequena ermida dedicada ao Espírito Santo à porta da qual se distribuía o bodo. Esta festividade ficaria depois sob a alçada da Misericórdia, tal como aconteceu na vila da Praia. No que respeita à Ilha de S. Miguel, a escassez de documentos limita a existência de provas, mas estima o mesmo padre que os Impérios tenham começado em Vila Franca do Campo por ter sido a primeira capital da Ilha. Desta localidade, o culto ter-se-á difundido para outras, mas, no caso de Ponta Delgada, ainda que estas festividades quase de certo sejam mais antigas, pode-se comprovar que também existiu um Império dos Nobres e que tais festejos igualmente acabaram por ficar sob a alçada da Misericórdia. Segundo registro de um Livro de Assentos da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, consultado por Senna Freitas, em novembro de 1665 reunidos no Consistório o Provedor (o Conde da Ribeira Grande) e os conselheiros, foi proposta, por devoção ao Divino, a constituição de uma Irmandade, elegendo-se Imperador e Mordomos e cedendo a respetiva igreja para as festividades (Freitas, 1878, pp. 188–189).

Esta narrativa entronca nas descrições de Leite de Ataíde ao afirmar que apesar deste ser um culto popular, no século XVII na Ilha de S. Miguel ficou a dever-se ao Conde da Ribeira Grande, D. Manuel da Câmara, o reavivar desta devoção face à gravidez da esposa e ao nascimento de um filho varão, milagre então atribuído ao Divino Espírito Santo. Por gratidão, o Conde propôs-se impulsionar, em Ponta Delgada, a instituição de uma Irmandade e de um Império, com o apoio da Misericórdia local, que garantissem as festas e a distribuição de refeições a famílias pobres (Ataíde, 1973, pp. 251–255). Em abril de 1673 ter-se-á realizado, nesta cidade micalense, uma grande coroação motivada por uma grave epidemia que dizimou centenas de vidas. O Império da Misericórdia organizou as festas, incluindo a participação de inúmeros membros das famílias nobres locais (Freitas, 1878, pp. 189–190).

As festas eram, na generalidade, organizadas por irmandades, constituídas por irmãos, que contribuíam com dinheiro ou com alimentos, e de entre os quais se

destacam os Mordomos e o Depositário, que era o principal responsável. Este, ao longo de um ano, até nova celebração, ficava na posse dos bens e dádivas para as festas, recebendo as cotas dos demais irmãos. Por sortes, eram selecionados os Mordomos, sendo o primeiro aquele que, até à primeira domingo do ano seguinte, conservava na sua casa a Coroa e as mais insígnias do Espírito Santo (o Cetro e a Bandeira). No primeiro domingo do Espírito Santo (Dia de Pentecostes), ele promovia a festa, armando um altar num dos quartos da sua casa, onde expunha a Coroa (em prata lavrada). Seguiam-se, na missa do dia, as coroações de crianças e de adultos que tomavam o nome de *Imperador*. O cortejo ou coroação seguia, então, pelas ruas da localidade. Os *Criadores* eram os lavradores que legavam dois ou três novilhos, da sua manada, para o Espírito Santo, sendo estes abatidos pelas Festas a fim de garantirem as pensões e a distribuição de sopas. Os *Foliões* eram a charanga da Irmandade, tocando tambor e cantando, vestidos a rigor, com capas e chapéus próprios. Com o rolar do tempo, em muitas localidades, os *Foliões* foram substituídos pelas Bandas Filarmónicas (Mendonça, 2022, pp. 62–67).

Leite de Ataíde, na sua obra datada de 1936, descreve, com minúcia, o quarto e as insígnias do Espírito Santo, que ele visitou na freguesia das Furnas (Ilha de S. Miguel):

No quarto do meio da casa encontrava-se exposto o Espírito Santo representado nos seus símbolos, a bandeira, a coroa e o cetro e, na cozinha, bailhava-se reinadiamente, nessa noite, como sucedia durante os oito dias de guarda do Divino Hóspede, segundo a praxe estabelecida.

Sobre uma velha banca de vinhático meio desconjuntada, apareciam aquelas simbólicas peças de prata luzente; o pobre móvel, o mais rico da casa, estava revestido com uma colcha rústica de linho branco ornada de palmitos relevados em capuchos, simetricamente dispostos e entremeados com pássaros, a acompanharem uma grande estrela central de oito pontas tendo, a meio, um losango.

Outras mais colchas saídas do tear que na cozinha era utilizado pela dona da casa na confecção das suas composições artísticas, listradas com encadeados de losangos vermelhos sobre fundo cor de vinho escuro, e de outras cores, pendiam das paredes, e a um canto, a bandeira do Espírito Santo, de damasco vermelho [...], ostentando, a meio, a pomba de cetim branco de relevo, e lentejoilada de prata com transição para creme, devido à pátina nela fixada pelos lábios crentes de múltiplas gerações que a haviam osculado em vibrações de fê.

Pelo chão, atapetado de caruma, encontravam-se vasos [de cerâmica] da Lagoa floridos de rosas e espíreas, alecrins e alfazema que apareciam também pregados nas paredes banhadas pela luz primitiva de quatro candeias, duas de folhetas [...], e outras duas de ferro, alimentadas por azeite de peixe, com a ajuda de algumas velas de sebo em castiçais de latão. (Ataíde, 1974, p. 207)

Entre as insígnias de devoção a coroa, de prata batida, lavrada, com quatro imperiais ou braços (que com o tempo passaram a seis), incluía, no aro, em relevo, uma pomba de asas abertas e no topo do globo que rematava os imperiais,

outra pomba ou uma cruz. O cetro, colocado sobre o aro e entre os braços, era composto por um punho liso ou gravado, ao qual era costume amarrar uma fita branca. A haste do cetro termina com uma esfera sobre a qual pousa outra pomba de asas abertas. As coroas primitivas eram inspiradas na coroa real portuguesa, possuindo na frente um medalhão com o emblema da Santíssima Trindade. A bandeira da coroa sempre foi de damasco de seda vermelha orlada de franja de ouro, tendo ao centro, bordadas, a coroa (numa face) e a pomba cercada por um resplendor (na outra). Fica presa numa haste da madeira que, na parte superior, ostenta uma esfera e uma pomba de prata. É amarrada por uma larga fita de seda branca com franja a ouro. As varas eram as insígnias dos mordomos e dos convidados que assistiam às coroações e às mudanças. Em algumas ilhas, são estas varas que ladeiam a bandeira e a coroa durante os cortejos (Lopes, 2003, pp. 226-227).

FIGURA 4. COROA ANTIGA NA CASA DE VITORINO NEMÉSIO (PRAIA DA VITÓRIA)



Fonte: <https://whotrips.com/2018/05/17/as-sopas-do-espírito-santo/>

FIGURA 5. BANDEIRA DO ESPÍRITO SANTO



Fonte: <https://correiodosacores.pt/NewsDetail/ArtMID/383/ArticleID/15312/>

No tocante à Ilha de Santa Maria os vários Impérios que se realizavam resultavam sempre de uma promessa, em hora de aflição. A função obrigava a grande dispêndio de dinheiro e ocupava muito tempo, por isso ninguém tomava sobre os seus ombros um encargo tão pesado sem haver uma causa grave. Se os imperadores eram pobres e as despesas não eram cobertas pelas esmolas e ofertas arrecadadas, avolumavam-se as dívidas que nem sempre eram de rápida resolução. Se os imperadores eram abastados, estas situações já não se verificavam e o Império corria às suas custas. Da América do Norte vinham muitas esmolas dadas pelos filhos da terra que se encontravam emigrados (Cabral, 1920, p. 62).

Nesta Ilha, por tradição, no sábado de Aleluia começavam as iluminações nas residências dos imperadores. Havia cânticos e toques de viola e alguns abusos que os párcos procuravam combater. Duas semanas antes do dia de Pentecostes começavam a cozer-se biscoitos, doces, pães leves e de leite e pão comum. Iluminava-se, então, a fachada do teatro ou império e os que o visitavam eram brindados com biscoites, pão leve, vinho e outros doces. No sábado cortavam-se as carnes e preparavam-se as pensões. Após a sua distribuição, organizava-se o cortejo ou mudança para a copeira onde, durante a noite, se confeccionavam as sopas que se distribuía, pela manhã seguinte, aos irmãos e à vizinhança mais pobre.

À tarde decorria a coroação: cortejo e cerimónia na Igreja. Muito povo acorria aos festejos. De volta ao teatro havia música e cantigas, distribuição de flores, de pães e roscas, muitos dos quais eram ofertas dos devotos. Seguiu-se, então, o jantar com brindes e vivas ao Espírito Santo (Cabral, 1920, pp. 66-70).

Na cidade de Angra, na Ilha Terceira, as tradições relativas ao Paráclito mantiveram-se por muito tempo inalteradas. A parte sagrada durava três dias, com solenidade e devoção. Os bodos distribuídos aos pobres eram também levados ao hospital e à cadeia. A parte profana incluía — como não podia deixar de ser — divertimentos, foguetório e touradas (Lopes, 2003, pp. 213–214). Segundo um periódico terceirense, em 1886, nos dois conselhos da Ilha, realizaram-se 34 Impérios que distribuíram 110 moios de trigo em pão. Só as freguesias de Angra distribuíram 2.790 esmolas de carne e pão e gastaram 22 moios de trigo (Lopes, 2003, p. 216).

A Coroa e a Bandeira suscitavam um enorme respeito e era costume serem levadas, em procissão, junto das lavas incandescentes que jorravam das erupções vulcânicas a fim de que um milagre travasse a fúria da natureza. Na Ilha Terceira, o famoso Império de S. Carlos teve origem, justamente, na violenta erupção de 1761 (Lopes, 2003, p. 216).

Edifício emblemático das festas do Espírito Santo, implantado em qualquer aldeia do arquipélago, era o famoso Teatro — pequeno monumento de forma quadrangular, construído em pedra. Na Ilha de S. Miguel eram abertos à frente e, por vezes, em parte do lado (Mendonça, 2021, p. 163). Nas palavras de Leite de Ataíde, os teatros micaelenses mais antigos eram uma espécie de alpendres suportados por colunas ornamentadas. Uns eram telhados, outros de abóboda suspensa em toscas pilastras, constituindo uma arquitetura pitoresca e exótica, numerosa nos meios rurais. Aqui se dirigiam os devotos para deixarem as suas ofertas e orações em cumprimento de promessas (Mendonça, 2021, p. 163) ou se recolhiam o cetro e a coroa na sétima dominga, onde ficavam a aguardar o sorteio do mordomo, para cuja casa seguiriam na primeira dominga seguinte (Ataíde, 1973, p. 251).

Na Ilha Terceira as “Casas do Espírito” — como designavam os franceses na Idade Média — não são conhecidas como Teatros, mas sim como Impérios: lugares onde se expõem os símbolos do Espírito Santo para receberem os votos dos fiéis. Estes pequenos edificios assemelham-se a uma ermida ou capela, pintada com alegre colorido e “pontificada por notável monumentalidade estética e artística, resultante da inspiração popular” (Oliveira cit. por Duarte, 2008, p. 3). No passado mais longínquo seriam edificações em madeira, mas, ao longo dos

séculos XIX e XX, foram surgindo as construções de pedra e cal, não obstante o mais antigo da Ilha ser o Império do Outeiro (em Angra do Heroísmo) que remonta ao século XVII.

FIGURA 6. IMPÉRIO DO OUTEIRO EM ANGRA DO HEROÍSMO (AÇORES)



Fonte: <https://www.allaboutportugal.pt/pt/angra-do-heroismo/religiao/imperio-da-rua-das-maravilhas>

Ao longo dos séculos, alguns excessos cometidos pelo entusiasmo das populações nos festejos em honra da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade — convívios, bailes, folias, toques de viola, cortejos, entre outros — mereceram profunda reprovação da Igreja Católica e de alguns intelectuais que entendiam que tais festejos eram muito indecorosos e pouco civilizados. No século XVII, alguns sacerdotes tentaram proibir este culto, pelos grandes “gastos que se fazião em todas aquelas Ilhas no Vôdo do Espírito Santo com o comer, e beber com os Pobres, e devotos daqueles festejos [...] não lhe aprovando a devoção de servirem o Divino Espírito Santo daquele modo costumado” (Rey, 1753, p. 292). Porém, o povo não obedeceu e alguns sacerdotes, por receio de serem castigados, deixaram as festas prosseguir, acabando até, em certos casos, por se tornar grandes devotos. Os historiadores Fernanda Enes e François Lebrun sublinham a ideia de que um dos maiores receios do clero era de que as festas religiosas, no âmbito da piedade popular, resvassem para divertimentos profanos e pecaminosos (Mendonça, 2021, pp. 170-171).

Apesar de algumas vicissitudes, o culto ao Espírito Santo continua presente nas Ilhas dos Açores e entre as comunidades da diáspora açoriana e, para compreender a sua importância, quer enquanto devoção, quer enquanto marca identitária e integrante do património imaterial insular, nas palavras de Álamo Oliveira “basta olhar para a dignidade que o povo lhe empresta cumprindo, com as mais sérias pompa e circunstância, os rituais herdados e nunca esquecidos, mesmo quando sujeitos às intempéries da modernidade” (Duarte, 2008, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na certeza do elevado fluxo migratório, individual e coletivo, de população açoriana para territórios das Américas, desde os séculos XVI-XVII até ao século XX, com maior incidência com destino ao Brasil e aos EUA, acresce a evidência de que costumes, valores, crenças e rituais foram também “transportados” para o Novo Mundo, refletindo o património imaterial insular e os traços da identidade cultural dos Açores. De entre estes sinais e marcas, as Festas em honra do Divino Espírito Santo assumem lugar de destaque, não apenas pela importância que detinham nas ilhas de origem — como relevante símbolo de piedade popular de matriz católica — mas também pela sua perpetuação nos territórios de acolhimento, representando na atualidade, entre as comunidades descendentes de açorianos, rituais de expressão de fé e também de preservação das raízes e dos costumes dos antepassados das gerações de emigrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Angelo, E. R. B. (2015). *Trajetórias dos imigrantes açorianos em S. Paulo: Processos de Formação, transformação e as ressignificações culturais*. Paco.
- Ataíde, L. B. L. de (1973). *Etnografia, arte e vida antiga dos Açores* (Vol. I). Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Ataíde, L. B. L. de (1974). *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores* (Vol. III). Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Barroso, V. L. (2013). Rumo à América Meridional: Os açorianos na formação do Rio Grande do Sul e do Uruguai (séculos XVII a XX). In E. Sarmiento & R. Fariás (Eds.), *Novos olhares sobre a imigração ibérica em América Latina (séculos XIX e XX)* (pp. 188–208). Univer-
- Cabral, J. de C. C. (1920). *Festas do Espírito Santo na Ilha de Santa Maria* (Reprodução da edição fac-similada, Arquivo dos Açores, Vol. XIV, 1983). Universidade dos Açores.
- Casa dos Açores do Rio de Janeiro. (s.d.). *Grupo Folclórico. História*. <http://www.casadosacoresrj.com.br/grupo-folclorico/>

- Castells, M. (2007). *A era da informação: Economia, sociedade e cultura* (Vol. II). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Colônia Açoriana na Aldeia de S. Agostinho Província do Espírito Santo, Brasil (1817). *Arquivo dos Açores*. Reprodução da edição fac-similada. Vol. X, 1982. Universidade dos Açores.
- Conselho Mundial das Casas dos Açores. (s.d.). *Raízes açorianas: Grupo folclórico da Casa dos Açores de Santa Catarina*. <http://casasdosacores.org/actividades/grupo-folclorico-da-casa-dos-acores-de-santa-catarina-balho-tocata-raizes-acorianas/>
- Cordeiro, C. (2003). Identidade e autonomia: O debate nos Açores. In M. M. T. Ribeiro (Ed.), *Europa em Mutação: Cidadania, identidades, diversidade cultural* (pp. 79–93). Universidade de Coimbra.
- Cordeiro, C., & Silva, S. S. (2010). Perspectivas sobre a emigração açoriana no século XIX. In M. L. Fonseca (Ed.), *Actas da Conferência Internacional Aproximando Mundos: Emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares* (pp. 327–345). FLAD.
- Dias, C. (2020, 5 de outubro). Casa dos Açores do Uruguai tenta manter tradições insulares mas a pandemia veio agravar a situação financeira. *Correio dos Açores*. <https://www.correio-dosacores.pt/NewsDetail/ArtMID/383/ArticleID/24738/>
- Dias, U. de M. (1948). *A Vida de Nossos Avós. Estudo etnográfico da vida açoriana através das suas leis e costumes*. Vol. VIII, Tip. A Crença.
- Dias, U. de M. (2022). *A Vila: Publicação histórica de Vila Franca do Campo* (Vol. III). Ilha Nova.
- Duarte, M. (2008). *Terceira, a Ilha dos Impérios*. Blu.
- Freitas, B. J. S. (1878). Antiguidades açorianas: Impérios do Espírito Santo (Reprodução da edição fac-similada, Arquivo dos Açores, Vol. I, 1980). Universidade dos Açores.
- Giese, W. (1982). Simbolismo popular religioso nos Açores. In *In memoriam de Luís da Silva Ribeiro* (pp. 459–462). SREC.
- Governo dos Açores. (s.d.-a). *Roteiro das Festas do Divino Espírito Santo Açores / Comunidades. Festa do Divino Espírito Santo da Casa dos Açores do Rio de Janeiro*. <http://roteirodesazores.com/festa/casa-dos-acores-rj/>
- Governo dos Açores. (s.d.-b). *Roteiro das Festas do Divino Espírito Santo Açores / Comunidades. Mensagem*. <http://roteirodesazores.com/mensagem/>
- Governo dos Açores. (s.d.-c). *Roteiro das Festas do Divino Espírito Santo Açores / Comunidades. Festa do Divino Espírito Santo da Casa dos Açores de São Paulo*. <http://roteirodesazores.com/festa/festa-do-divino-espírito-santo-casa-dos-acores-de-sao-paulo/>
- Ipatrimônio. (s.d.). *Florianópolis – Festa do Divino Espírito Santo do Centro*. <https://www.ipatrimonio.org/florianopolis-festa-do-divino-espírito-santo-do-centro>
- Kroeber, A. L., & Kluckhohn, C. (1952). Culture: A critical review of concepts and definitions. *Papers. Peabody Museum of Archaeology & Ethnology, Harvard University*, 47(1), viii, 223.
- Lopes, F. (João Ilhéu). (2003). *Notas etnográficas: Algumas achegas para o conhecimento da história, da linguagem, dos costumes, da vida e do folclore do povo da Ilha Terceira dos Açores*. IHIT. <https://doi.org/10.5628/rpcd.03.01.47>
- Madeira, A. B. (1999). *População e emigração nos Açores (1766-1820)*. Patrimonia.
- Martins, R. de S. (1999). Os costumes populares e a construção oitocentista de identidades no arquipélago dos Açores. *Património. Identidade: Ciências Sociais e Fruição Cultural*, (5).

- Medeiros, O. R., & Madeira, A. B. (2004). *Emigração e regresso no Concelho do Nordeste*. CES-UAc.
- Mendonça, L. (2021). *Aspetos da Vida Quotidiana nos Açores. Perspetiva histórica*. 2ª edição. Letras Lavadas Edições.
- Mendonça, L. & Ávila, J. (2002). *Emigração Açoriana (sécs. XVIII a XX)*. Ed. Autores.
- Meneses, A. de F. (2011). *Antigamente Era Assim! Ensaios de História dos Açores*. Publiçor.
- Miranda, S. de. (1999). *A emigração portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Salamandra.
- Moya, J. (2018). Migração e formação histórica da América Latina em perspectiva global. *Sociologias*, 20(49), 24–68. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-02004902>
- Pais ao Minuto. (2013). *Açorianos nos Estados Unidos e Canadá com centenas de Festas do Espírito Santo*. <https://www.noticiasaoiminuto.com/pais/74497/açorianos-nos-eua-e-canadá-com-centenas-de-festas-do-espírito-santo>
- Piazza, W. (1982). A emigração açoriana de 1748/1756. In *In memoriam de Luís da Silva Ribeiro* (pp. 463–492). SREC.
- Rey, A. P. (1753). *Breve Notícia das Festas do Imperador, e Vôdo, em que em honra, e louvor do Divino Espírito Santo costumam fazer muitas cidades, villas, ou lugares deste Reyno de Portugal, e Ilhas Adjacentes, e do princípio da sua Irmandade* (Reprodução da edição fac-similada, Arquivo dos Açores, Vol. III, 1981). Universidade dos Açores.
- Rocha, G. P. N. (1999). A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX. In *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente: Actas do Congresso Internacional* (Vol. 2, pp. 73–90). UAc; CNCDP.
- Rocha-Trindade, M. B. (1982). *Da emigração às comunidades portuguesas* (Hoje e Amanhã: Temas Sociais, Vol. 15). Conhecer.
- Rodrigues, J. D. (1993). *Os Açores e a expansão: Bens e gentes no espaço colonial português (séculos XV a XVIII)*. Sep. de Insulana. ICPD.
- Rodrigues, J. D. (2002). Entre duas margens: A circulação atlântica dos açorianos nos séculos XVII e XVIII. *Arquipélago-História*, 2(6), 225–245.
- Rodrigues, J. D. (2010). Da periferia insular às fronteiras do Império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América. *Anos 90.*, 17(32), 17–43. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.17577>
- Rosa, V. P. da, & Trigo, S. (1990). *Contribuição ao estudo da emigração nos Açores*. Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.
- Santos, L. dos (2011). As identidades culturais: Proposições conceituais e teóricas. *Revista Rascunhos Culturais*, 2(4), 141–157.
- Sousa, V. de (2021). Identidade e Cultura: As identidades culturais num mundo globalizado. A lusofonia enquanto possibilidade intercultural. In M. de Lemos Martins & R. da Silva (Coords.), *Culturas e turismo: Reflexões sobre o património, as artes e a comunicação intercultural* (pp. 92–104). UMinho. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.10>
- UFSC, Núcleo de Estudos Açorianos. (s.d.). *25.º Açor. Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina em Porto Belo*. <https://nea.ufsc.br/2018/11/14/25o-acor-festa-da-cultura-acoriana-de-santa-catarina-em-porto-belo/>